

Políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil

Eduardo Santos Rocha

erocha.eci@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3523-3408>

Dalgiza Andrade Oliveira

dalgizamg@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0814-6325>

O estudo apresenta de forma sucinta o conceito de Biblioteca Pública com ênfase no seu caráter social e inclusivo a partir da implementação de políticas públicas voltadas para a criação e desenvolvimento desses equipamentos culturais.



Fonte: Banco de imagens Wix (2021)

As Políticas públicas são entendidas como as atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos. Elas são importantes do ponto de vista social, uma vez que proporcionam a alocação de recursos públicos em atividades essenciais à vida dos indivíduos e da sociedade.

De acordo com Silva (2015, p. 12), “as políticas públicas podem ser entendidas como as respostas produzidas pelo Estado às demandas a ele dirigidas pela sociedade”. Para Goldin (2003, p. 163) “[...] Uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação”. Segundo o mesmo autor, para que uma política pública seja eficaz, ela deve ser



sustentável e coerente, fazendo que essas ações repercutam positivamente nos setores envolvidos (GOLDIN, 2003).

Nesse contexto, a Biblioteca Pública vem se configurando cada vez mais como um espaço propício para o desenvolvimento de políticas públicas na área cultural. Ela é reconhecida como espaço estratégico de inclusão dentro das políticas públicas de cultura de Estado no país. (RAMOS 2017).

Nessa direção, para que haja a criação, manutenção e desenvolvimento de Bibliotecas de acesso público é necessário o estabelecimento de políticas públicas fortes, estruturadas e sérias no sentido de transformar as bibliotecas em locais de inclusão e participação cidadã (BERNARDINO, 2011).

É notória a descontinuidade das políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas Brasileiras. Na medida em que ocorre uma mudança de gestão, a cada eleição, há mudanças nas agendas governamentais. Nessa direção, Ferraz (2016) enfatiza a importância da continuidade das ações do Poder Público em prol das Bibliotecas Públicas, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Segundo a mesma autora,

[...] com a federalização dos municípios ocorrida em 1988, o Estado não pode intervir diretamente nas ações municipais. Sendo assim, a cada mudança de gestão ocorrida pelas eleições, inicia-se novamente todo o trabalho de sensibilização e convencimento dos gestores públicos sobre a importância das bibliotecas e de seu investimento e apoio. Uma das consequências mais graves desta situação é a inconstância das bibliotecas, pois uma biblioteca que desenvolve um trabalho de excelência hoje pode amanhã estar fechada, simplesmente por interesse e vontade política, e não por demanda da comunidade. (FERRAZ, 2016 p. 102).

De acordo com análise realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o percentual de municípios brasileiros que possuem equipamentos culturais e meios de comunicação, foi constatado que entre os anos de 1999 e 2014 houve um aumento do número de bibliotecas públicas nos municípios brasileiros de

76,3% para 97,1%, ficando atrás somente da quantidade de municípios que possuem TV aberta, com 99,9. Em décimo quinto lugar apareceram as livrarias, presentes em 27,4% dos municípios brasileiros, conforme verifica-se na Tabela 1.

Tabela 1 - percentual de municípios com equipamento cultural e meios de comunicação – Brasil – 1999/2014

Tipo	Percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação (%)							Variação 2014/2006 (%)
	1999	2001	2005	2006	2009	2012	2014	
TV aberta	98,3	-	-	95,2	-	-	-99,9	4,9
Biblioteca pública	76,3	78,7	85,0	89,1	93,2	97,0	97,1	9,0
Estádio ou ginásio	65,0	75,9	77,4	82,4	86,7	89,4	91,5	11,0
Lan house	-	-	-	-	-	80,7	82,4	2,1
Clube ou Associação recreativa	-	70,4	-	72,6	61,4	65,6	66,1	(-) 9,0
Provedor de Internet	16,4	22,7	46,0	45,6	55,6	57,4	65,5	43,6
Rádio comunitária	-	-	-	48,6	52,6	59,3	64,1	31,9
Videolocadora	63,9	64,1	77,5	82,0	69,6	43,2	53,7	(-) 34,5
Estação de rádio FM	33,9	38,2	51,3	34,3	35,1	38,3	46,9	36,7
Loja de discos, cds, fitas e dvds	34,4	49,2	54,8	59,8	44,9	43,0	40,4	(-) 32,4
Unidade de ensino superior	-	19,6	31,1	39,8	38,3	39,5	39,9	0,3
Centro cultural	-	-	-	24,8	29,6	33,9	37	49,2
Jornal impresso local	-	-	-	36,8	-	-	35,5	(-) 3,5
Espaço para Circo	-	-	-	-	-	-	34,8	-
Livraria	35,5	42,7	31,0	30,0	28,0	25,2	27,4	(-) 8,7

Fonte: IBGE (2015)

O aumento expressivo de Bibliotecas Públicas em território nacional, no período que compreende aos anos de 1999 a 2014, pode ser entendido a partir da implementação de políticas públicas nas áreas do livro, da leitura e das bibliotecas, tais quais a Política Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) (2011), cujas diretrizes são voltadas para a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros, e a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) (2018), instituída como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil (BRASIL, 2018).



Ferraz (2014) enfatiza a importância da formulação de políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas e destaca a necessidade em se implementar políticas de Estado voltadas para essas instituições, conforme verifica-se que

[...] para que a Biblioteca Pública possa desempenhar o papel de promoção da cidadania e ser um equipamento cultural aberto às diversas manifestações humanas, é mais que necessário, é primordial que os governos invistam recursos e formulem políticas públicas que garantam esses recursos. Que sejam políticas de estado, para além das políticas de governo, que dominam o contexto político há tanto tempo (FERRAZ, 2014, p. 24).

Nessa direção, para que as Bibliotecas Públicas possam cumprir o seu papel, é necessário que o Poder Público, seja na esfera municipal, estadual ou federal, institua políticas públicas fortes e estruturantes no âmbito dessas instituições, proporcionando condições para que estes importantes equipamentos culturais possam desenvolver o seu potencial, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária por meio do acesso à leitura e à informação.

Portanto, compreende-se que, com a atuação do Poder Público, as Bibliotecas Públicas brasileiras poderão ser impulsionadas, proporcionando à comunidade o acesso a esse importante equipamento cultural, a partir do entendimento de que elas podem proporcionar imensos ganhos para a sociedade, sobretudo no que se refere à valorização das pessoas, com o compromisso de disseminar coletivamente a informação a leitura e a cultura, fatores determinantes para a formação de uma comunidade leitora e cidadã.

Referências

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. Imagem da Bibliotecas pública na Sociedade da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 130-142, 2011. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v2i1p130-142. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42338>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. Decreto no 7.559, de 1 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 set.



2011. Seção 1. p. 4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em 28 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.696. Política Nacional de Leitura e Escrita. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em 29 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estadic/Munic Cultura**: em 2014, estados e municípios apoiaram a produção de 1.849 filmes. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=3061&t=estadimunic-cultura-2014-estados-municipios-apoiaram-producao-1-849-filmes&view=noticia>. Acesso em 30 abr. 2021.

FERRAZ, M. N. O papel social das Bibliotecas Públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. esp, p. 18-30, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2280>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2280>.

GOLDIN, D. En torno a las políticas públicas del libro y la lectura. In. BETANCUR, B. **Pasajes de la edición: hablan los profesionales**. Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, p. 162-168, 2003. Disponível em: <https://eulac.org/cdd/documentos/03-foro-intnl-editores/fie-01/index.html#p=1>. Acesso em: 16 jun. 2021.

RAMOS, M. C. **Marcos regulatórios para as Bibliotecas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

ROCHA, E. S. **Análise das políticas públicas para as Bibliotecas Públicas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 128. 2020.

SILVA, E. M. da. (org.). **Participação e democratização das políticas públicas no Brasil: conselhos e conferências**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

Dados biográficos dos autores



Eduardo Santos Rocha é Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e Doutorando em Gestão e Organização do Conhecimento pela ECI/UFMG.

E-mail: erocha.eci@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4462983854741302>



Dalgiza Andrade de Oliveira é Professora Associada da Escola de Ciência da Informação (ECI)/Programa de Pós-Graduação em Gestão da Organização e do Conhecimento (PPGGOC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFMG (2011). Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG-2005). Bacharel em Biblioteconomia (Escola de Biblioteconomia/UFMG-1991).

E-mail: dalgizamg@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2803696275869287>

Como citar

ROCHA, E. S.; OLIVEIRA, D. A. Políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 2, p. 1-6, 12 jul. 2021. DOI: 10.13140/RG.2.2.21783.70567.